



**Willian Douglas Guilherme
(Organizador)**

**Avaliação, Políticas e Expansão
da Educação Brasileira**

Atena
Editora
Ano 2019

Willian Douglas Guilherme
(Organizador)

Avaliação, Políticas e Expansão da
Educação Brasileira

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Executiva: Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Natália Sandrini
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof^a Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof^a Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^a Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof^a Dr^a Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof^a Dr^a Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof.^a Dr.^a Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
A945	<p>Avaliação, políticas e expansão da educação brasileira [recurso eletrônico] / Organizador Willian Douglas Guilherme. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. – (Avaliação, Políticas e Expansão da Educação Brasileira; v. 1)</p> <p>Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-476-4 DOI 10.22533/at.ed.764191007</p> <p>1. Educação – Brasil. 2. Educação e Estado. 3. Política educacional. I. Guilherme, Willian Douglas. II. Série.</p> <p style="text-align: right;">CDD 379.981</p>
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

O livro “Avaliação, Políticas e Expansão da Educação Brasileira” contou com a contribuição de mais de 270 artigos, divididos em 10 volumes. O objetivo em organizar este livro foi o de contribuir para o campo educacional e das pesquisas voltadas aos desafios atuais da educação, sobretudo, avaliação, políticas e expansão da educação brasileira.

A temática principal foi subdividida e ficou assim organizada:

Formação inicial e continuada de professores - **Volume 1**

Interdisciplinaridade e educação - **Volume 2**

Educação inclusiva - **Volume 3**

Avaliação e avaliações - **Volume 4**

Tecnologias e educação - **Volume 5**

Educação Infantil; Educação de Jovens e Adultos; Gênero e educação - **Volume 6**

Teatro, Literatura e Letramento; Sexo e educação - **Volume 7**

História e História da Educação; Violência no ambiente escolar - **Volume 8**

Interdisciplinaridade e educação 2; Saúde e educação - **Volume 9**

Gestão escolar; Ensino Integral; Ações afirmativas - **Volume 10**

Deste modo, cada volume contemplou uma área do campo educacional e reuniu um conjunto de dados e informações que propõe contribuir com a prática educacional em todos os níveis do ensino.

Entregamos ao leitor a coleção “Avaliação, Políticas e Expansão da Educação Brasileira”, divulgando o conhecimento científico e cooperando com a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Boa leitura!

Willian Douglas Guilherme

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A EDUCAÇÃO SUPERIOR E A FORMAÇÃO DE PROFISSIONAIS REFLEXIVOS	
Diego Bechi	
DOI 10.22533/at.ed.7641910071	
CAPÍTULO 2	17
A FORMAÇÃO DOS PROFESSORES DE INGLÊS PARA FINS ESPECÍFICOS E SUA RELAÇÃO COM A QUALIDADE SOCIAL DO ENSINO	
Liamara Baruffi	
DOI 10.22533/at.ed.7641910072	
CAPÍTULO 3	27
A MATERIALIZAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES NA REPRESENTAÇÃO DE PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO DA EDUCAÇÃO BÁSICA	
Luiz Carlos Lückmann	
DOI 10.22533/at.ed.7641910073	
CAPÍTULO 4	39
CONTRIBUIÇÕES DA CULTURA DIGITAL NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES DOS LABORATÓRIOS DE INFORMÁTICA EDUCATIVA EM SANTARÉM-PARÁ	
Adriane Panduro Gama	
Tânia Suely Azevedo Brasileiro	
DOI 10.22533/at.ed.7641910074	
CAPÍTULO 5	56
DESAFIOS E POSSIBILIDADES DA FORMAÇÃO DE PROFESSORES A DISTÂNCIA	
Patrícia Aparecida da Cunha	
DOI 10.22533/at.ed.7641910075	
CAPÍTULO 6	64
DESIGN EDUCACIONAL NA ELABORAÇÃO DE MATERIAIS DIDÁTICOS PARA CURSOS ONLINE: UMA PROPOSTA DE FORMAÇÃO DOCENTE	
Edilene Cândido da Silva	
Juliana Teixeira da Câmara Reis	
Raiane dos Santos Martins	
DOI 10.22533/at.ed.7641910076	
CAPÍTULO 7	72
EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E A FORMAÇÃO DOCENTE: ANALISANDO O PROJETO VISITANDO A BIOLOGIA DA UEPG	
Fernanda Mendes Ferreira	
Fernanda Verônica Fleck Pereira	
José Fabiano Costa Justus	
DOI 10.22533/at.ed.7641910077	

CAPÍTULO 8	83
FORMAÇÃO DE GESTORES DAS ESCOLAS PÚBLICAS: UMA ANÁLISE NO ÂMBITO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS	
Eridan Rodrigues Maia Aída Maria da Silva Marcia Betania de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.7641910078	
CAPÍTULO 9	99
FORMAÇÃO DOCENTE PARA O DESENVOLVIMENTO DO TRABALHO EDUCATIVO: COMPREENSÕES DOS PROFESSORES DE LIBRAS	
Graciele Alice Carvalho Adriano Ana Clarisse Alencar Barbosa Mônica Maria Baruffi Patrícia Cesário Pereira Official	
DOI 10.22533/at.ed.7641910079	
CAPÍTULO 10	110
FORMAÇÃO EM CONTEXTO COMO ESTRATÉGIA DE MELHORIA DA OFERTA EDUCATIVA EM EDUCAÇÃO INFANTIL	
Rosemeri Henn Marlene da Rocha Migueis	
DOI 10.22533/at.ed.76419100710	
CAPÍTULO 11	122
FORMAÇÃO INICIAL DE PROFESSORES/AS DE EDUCAÇÃO FÍSICA: CORPO, CULTURA DE MOVIMENTO E JOGOS INDÍGENAS	
Camila Ursulla Batista Carlos Glycia Melo de Oliveira Moaldecir Freire Domingos Junior	
DOI 10.22533/at.ed.76419100711	
CAPÍTULO 12	132
LETRAMENTO PARA O TRÂNSITO: EVENTOS E PRÁTICAS NA FORMAÇÃO DE CONDUTORES DE VEÍCULOS	
Klébia Ribeiro da Costa Ana Maria de Oliveira Paz	
DOI 10.22533/at.ed.76419100712	
CAPÍTULO 13	144
NAS RUAS E NAS DELEGACIAS O MUNDO É OUTRO: REFLEXÕES SOBRE A FORMAÇÃO EXPERIENCIAL DO POLICIAL CIVIL	
Elton Basílio de Souza José Geraldo Pedrosa	
DOI 10.22533/at.ed.76419100713	

CAPÍTULO 14	156
O IMPACTO DO PIBID NA EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL DOS ALUNOS DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFPB	
Bruna Tavares Pimentel Heytor de Queiroz Marques Raphaella Ferreira Mendes Weverson Bezerra Silva	
DOI 10.22533/at.ed.76419100714	
CAPÍTULO 15	166
O PAPEL DO TRABALHO EM GRUPO NA FORMAÇÃO DA AUTONOMIA DO PENSAMENTO: UMA ABORDAGEM PIAGETIANA	
Rosenei Cella Rosana Cristina Kohls Ivana Aparecida Weissbach Moreira	
DOI 10.22533/at.ed.76419100715	
CAPÍTULO 16	172
POLÍTICAS PÚBLICAS E A LEGISLAÇÃO: RECORTE VOLTADO PARA A EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA E A FORMAÇÃO DOCENTE	
Luciane Helena Mendes de Miranda	
DOI 10.22533/at.ed.76419100716	
CAPÍTULO 17	184
POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA: REFLEXOS DA FORMAÇÃO CONTINUADA NO FAZER PEDAGÓGICO DE PROFESSORES ALFABETIZADORES	
Giovanna Rodrigues Cabral	
DOI 10.22533/at.ed.76419100717	
CAPÍTULO 18	195
REFLEXÕES SOBRE A FORMAÇÃO MATEMÁTICA DO PROFESSOR DOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL	
Mateus De Souza Coelho Filho Evandro Luiz Ghedin	
DOI 10.22533/at.ed.76419100718	
CAPÍTULO 19	211
TRABALHO E EDUCAÇÃO NA FORMAÇÃO DOCENTE	
Jacir Mario Tedesco Filho Matilde Dias Martins Pupo Sandra Terezinha Urbanetz Simone Urnauer	
DOI 10.22533/at.ed.76419100719	
CAPÍTULO 20	216
CEALE: SIGNIFICADOS APRESENTADOS POR DOCENTES ALFABETIZADORES	
Bernarda Elane Madureira Lopes Cristiana Fonseca de Castro Elisa Carneiro Santos de Almeida	
DOI 10.22533/at.ed.76419100720	

CAPÍTULO 21	229
DESAFIOS DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: REFLEXÕES SOBRE A PRODUÇÃO DE TEXTOS	
Andréa Cristina Maggi	
Ivo de Jesus Ramos	
DOI 10.22533/at.ed.76419100721	
CAPÍTULO 22	243
IDENTIDADES PROFISSIONAIS DE UM GRUPO DE PROFESSORES EM UMA ESCOLA PÚBLICA E O CONCEITO DE FUNÇÃO DOCENTE FORMATIVA: NARRATIVA DE MEMÓRIA	
Fernando Lucas Oliveira Figueiredo	
Santuza Amorim da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.76419100722	
CAPÍTULO 23	258
VISÃO DO PROFESSOR PESQUISADOR E FORMADOR ANTE A PROPOSTA DO CURSO DE APERFEIÇOAMENTO DOCÊNCIA NA ESCOLA DE TEMPO INTEGRAL	
Marta Rosa Borin	
Neida Maria Camponogara de Freitas	
Heliana de Moraes Alves	
DOI 10.22533/at.ed.76419100723	
CAPÍTULO 24	269
CUIDAR E EDUCAR:UM ESTUDO SOBRE A CAPACITAÇÃO DE CUIDADORES EM INSTITUIÇÃO DE ACOLHIMENTO	
Bianca Cristina dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.76419100724	
CAPÍTULO 25	278
ME FORMANDO PROFESSORA: MAGISTÉRIO, PEDAGOGIA E O PIBID	
Pamela Fonseca Costa	
DOI 10.22533/at.ed.76419100725	
CAPÍTULO 26	284
REFLEXÕES SOBRE FORMAÇÕES CONTINUADAS PARA PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA	
Malcus Cassiano Kuhn	
Michele Roos Marchesan	
Naiara Dal Molin	
Helena Miranda da Silva Araújo	
DOI 10.22533/at.ed.76419100726	
CAPÍTULO 27	295
O ENSINO DA MATEMÁTICA NO PACTO NACIONAL PELA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA: UMA ANÁLISE DO CADERNO DE APRESENTAÇÃO	
Suellen Cristina Marciano	
Daniela Paula da Silva Mariano	
Roberta Negrão de Araújo	
DOI 10.22533/at.ed.76419100727	
SOBRE O ORGANIZADOR	307

FORMAÇÃO INICIAL DE PROFESSORES/AS DE EDUCAÇÃO FÍSICA: CORPO, CULTURA DE MOVIMENTO E JOGOS INDÍGENAS

Camila Ursulla Batista Carlos

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - UERN, Faculdade de Educação Física/RN

Glycia Melo de Oliveira

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - UERN, Faculdade de Educação Física/RN

Moaldecir Freire Domingos Junior

Centro Universitário Facex – UNIFACEX, Faculdade de Educação Física/RN

RESUMO: A formação inicial em Educação Física é pensada a partir de diversos documentos que norteiam as orientações de currículo e do perfil docente. Destacamos as Diretrizes Curriculares Nacionais para formação inicial nas licenciaturas (BRASIL, 2015) que apontam como um dos princípios fundamentais a questão da diversidade étnica. Compreendemos a legitimidade do que nos sugere a Lei nº 11.645/2008 quando incluímos os Jogos Indígenas no currículo das escolas e nas aulas de Educação Física, oportunizando esse contato desde a formação inicial de professores/as. Partindo da compreensão que o corpo ao jogar, cantar ou dançar não está pondo em funcionamento apenas a sua natureza anatômica e fisiológica, mas está vivendo simultaneamente o mundo cultural que conformou essas expressões e todos os seus projetos existenciais que neles estão

representados (NÓBREGA, 2000). A cultura de movimento reconhece as especificidades simbólicas das sociedades, culturas, que imprimem formas de usar o corpo e suas práticas corporais. O presente relato de experiência surge a partir da vivência de Jogos Indígenas na disciplina de Antropologia da Corporeidade Humana, do curso de licenciatura em Educação Física da UERN, Campus Central. Essa experiência buscou ampliar o repertório de práticas corporais aos futuros docentes, confrontando a forte tradição esportivista da área, bem como democratizar esse conteúdo na escola. Relatamos a experiência da peteca (peikrã), do arremesso de lança, da corrida da tora (jãmparti), do uka-uka (luta corporal), do jogo jawari, além da pintura corporal. Faz-se necessário refletir a Educação Física como área transdisciplinar do conhecimento, atravessada por diversos saberes e práticas.

PALAVRAS-CHAVE: Formação inicial; educação física escolar; jogos indígenas.

EDUCAÇÃO FÍSICA: DA ESCOLA À UNIVERSIDADE

A Educação Física como parte integrante do currículo escolar apresentou diferentes enfoques durante sua trajetória histórica dentro do ambiente educativo formal, permitindo

diferentes abordagens para a sua presença, desenvolvimento e reconhecimento.

O contexto histórico, político e cultural, a formação acadêmica e profissional, o entendimento de corpo e movimento, o currículo, objetivos e propostas educacionais foram e são aspectos relevantes para que diversos olhares fossem possíveis para o mesmo componente curricular. A presença dos alunos assim como suas formas de movimentar-se foram gerando reflexões, intervenções e diferentes proposições para a Educação Física no chão da escola.

Como componente curricular da Educação Básica, a Educação Física tem sua presença na escola assegurada por lei – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96. Este componente curricular é integrante da área das linguagens, tanto no Ensino Fundamental quanto no Ensino Médio, juntamente com a Língua Portuguesa, Língua materna, para populações indígenas, Língua estrangeira Moderna e Arte (BRASIL, 2013).

Discutir esse componente curricular é, primeiramente, suscitar a presença corporal dos alunos e alunas, assim como suas formas e hábitos de movimentar-se. Concordamos com Melo (2008, p. 56) ao situar o corpo e o movimento: “falamos de um corpo uno que se desenvolve em movimento e não inerte”, e assim pensar as relações educativas. Nesse caminho, Nóbrega (2005, p. 610) aponta: “Não se trata de incluir o corpo na educação. O corpo já está incluído na educação. Pensar o lugar do corpo na educação significa evidenciar o desafio de nos percebermos como seres corporais”.

No que compete à formação universitária temos uma nova normatização que baliza a avaliação das graduações. No documento publicado em 2017, há aspectos a serem considerados para a conceituação dos cursos nos seguintes eixos: Organização didático-pedagógica, Corpo docente e tutorial e Infraestrutura. O primeiro eixo é o que nos interessa nesse momento, pois no Indicador 1.5 há os critérios referentes aos conteúdos curriculares, em que destacamos a possibilidade de melhor avaliação:

Os conteúdos curriculares, previstos no PPC, possibilitam o efetivo desenvolvimento do perfil profissional do egresso, considerando a atualização da área, a adequação das cargas horárias (em horas-relógio), a adequação da bibliografia, a acessibilidade metodológica, a abordagem de conteúdos pertinentes às políticas de educação ambiental, de educação em direitos humanos e de educação das relações étnico-raciais e o ensino de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena, diferenciam o curso dentro da área profissional e induzem o contato com conhecimento recente e inovador. (BRASIL, 2017, p.12).

Ainda no âmbito legal, destacamos um trecho do texto publicado pelo Conselho Nacional de Educação para os cursos de licenciatura ao que compete ao projeto de formação universitária/escolar: VI - as questões socioambientais, éticas, estéticas e relativas à diversidade étnico-racial, de gênero, sexual, religiosa, de faixa geracional e sociocultural como princípios de equidade (BRASIL, 2015, p.5).

Esses encaminhamentos legais nos fazem refletir sobre...nos fazem refletir sobre a formação profissional que compete às Universidades públicas e privadas do nosso país. É importante pensar que uma ação transformadora na educação física escolar

certamente não se constituirá por meio de proposições pontuais ou legalistas. Por certo, não será originária de um grande projeto nacional. Será fruto de um processo – sempre lento, denso e tenso – de debates, posicionamentos, proposições, críticas, avanços e recuos. Será fruto de um processo que necessariamente considere as instâncias locais de decisões, em que seus principais atores devam ser ouvidos. Será mais efetiva se conseguir penetrar o universo cotidiano de representações que os alunos e professores de educação física possuem, decifrando os significados de sua prática e entendendo a mediação com os fatores políticos-institucionais (DAÓLIO, 2010)

A escola tem a função de socializar o conhecimento acumulado na história e difundir para as gerações futuras, oportunizando o acesso ao patrimônio produzido pela humanidade. É espaço de circulação, acesso e mediação dos conhecimentos, advindos das mais variadas ciências, das linguagens artísticas, assim como o conhecimento produzido pelos humanos nas experiências corporais (VAGO, 2012).

É a partir dessa discussão, dessa diversidade, que coadunamos com Domingos Jr et al (2017) ao instigar o pensamento sobre a inclusão dos Jogos Indígenas por seu aspecto legal - Lei nº 11.645/2008, assim como por sua legitimidade no espaço escolar, em especial na Educação Física, pelo fato de trazer em si um repertório de saberes do corpo e da cultura de movimento, poder e identidade.

CORPO E CULTURA DE MOVIMENTO

As discussões que perpassam a disciplina são sempre iniciadas a partir da concepção de corpo. Terreno misterioso, remetido ora à natureza, ora à cultura, o corpo é lugar sensível dessa delicada interconexão:

O fascínio que o corpo exerce é imenso, pois é ao mesmo tempo material e imaterial. Constituído de carnes e entranhas, mas também, de subjetividade, não cessa de nos surpreender, de revelar em seus mais íntimos recônditos os traços da história e da cultura em sua constituição (SOARES; TERRA, 2007, p.112).

Espaço do singular e do coletivo, o corpo de cada indivíduo de um determinado grupo cultural revela não apenas suas características pessoais, mas carrega tudo aquilo que caracteriza determinado grupo como uma unidade (GONÇALVES, 1994). Daólio (1995, p.36) corrobora com essa perspectiva, apontando que “no corpo estão inscritos todas as regras, todas as normas e todos os valores de uma sociedade específica, por ser ele o meio de contato primário do indivíduo com o meio ambiente que o cerca”.

Sobre o apelo social e cultural, destacamos o pensamento de Le Breton (2011, p. 07):

... o corpo é o vetor semântico pelo qual a evidência da relação com o mundo é construída: atividades perceptivas, mas também de expressão de sentimentos, cerimoniais dos ritos de interação, conjunto de gestos e mímicas, produção de

aparências, jogos sutis de sedução, técnicas do corpo, exercícios físicos, relação com a dor, com o sofrimento, etc.

Ao olhar-se com óculos naturalistas para o ser humano, enxerga-se primeiramente semelhanças físicas entre os indivíduos. Em contrapartida, ao olhar-se com lentes das ciências humanas, pode-se enxergar uma multiplicidade de diferenças pertinente aos indivíduos. Na Educação Física escolar, pode-se constatar que enquanto a área de conhecimento se pautou apenas por explicações naturalistas, objetivando padrões físicos, os alunos eram homogeneizados. Daí a exigência e ênfase durante as aulas de contagem de voltas, metragens mínimas, marcações de tempo, recordes, etc. Quem não conseguia atingir determinados padrões era considerado menos apto ou inapto, sem talento ou congenitamente incapaz. Daí a importância e a necessidade de considerar a atuação da Educação Física escolar como prática cultural. Qualquer abordagem que negue a dinâmica cultural inerente à condição humana correrá o risco de distanciar de seu objetivo último: o ser humano como fruto e agente de cultura (DAÓLIO, 2010).

Portanto, quando joga, quando canta ou dança, este corpo não está apenas pondo em funcionamento a sua natureza anatômica e fisiológica, mas está vivendo simultaneamente o mundo cultural que conformou este jogo, este canto e esta dança e todos os seus projetos existenciais neles estão representados (NÓBREGA, 2000).

É esse corpo em movimento que nos interessa. O movimento que supera a visão anatômica e mecânica do ser, mas a expressão dotada de significação e intencionalidade. Essa intenção e significação atribuem à originalidade do sujeito expressa pelo movimento.

Realizar um movimento não é, pois, ser capaz de repetir gestos padronizados, mas sim ser capaz de apreender o em torno, o mundo humano. Realizar um movimento é realizar os projetos de nossa existência, é saber-se enquanto ser de potencialidades originais (NÓBREGA, 2009, p.72).

Essa compreensão nos faz refletir sobre a cultura de movimento. A proposta advogada por Kunz (1991) ultrapassa a concepção de movimento humano relacionado a um fenômeno meramente físico, tido estritamente como um deslocamento do corpo no espaço. Ao considerar o ser humano que realiza o movimento, o autor passa a reconhecer as significações culturais e a intencionalidade do movimento humano e assume a relação indissociável entre corpo e mundo.

De acordo com Mendes (2013, p.17), “a cultura de movimento refere-se às relações existentes entre os movimentos e a compreensão de corpo de uma determinada sociedade, comunidade, de uma cultura”, ou ainda, como discute Soares (2005, p.50) “conceituação de caráter mais global que concretiza práticas culturais nas quais o movimento humano é o elemento principal de intermediação simbólica e de significações produzidas e mantidas, tradicionalmente, por comunidades ou sociedades”(SOARES; TERRA, 2007).

Traço mais significativo da presença humana, historicamente temos nos apartado

para falar de nós, do corpo. Medido, pesado, medicado, rotulado, discriminado, o corpo não é algo alheio a nós. A nossa experiência de vida é corporal, repleta de significados, simbolismos e intencionalidades, o que nos leva a afirmar nossa condição de seres bioculturais. Nesse sentido, trazemos:

Corpo que salta, que dança, que joga, que corre, que ginha, caminha ou que nada. Que pisca e se estica, que rola e se enrosca, que vibra e sacode. Que foge. Corpo que ri, que chora, que grita, que sofre e goza. Corpos que se expressam fazendo aflorar as diversidades de sentidos criadas a partir do movimento (MENDES, 2013, p. 36).

Pensar o corpo e o movimento a partir de uma concepção ampliada da existência humana implica reconhecer as múltiplas significações do ser e do conviver, nos permite ter um cuidado de si e o cuidado do outro de forma mais significativa. A cultura de movimento reconhece as especificidades simbólicas de determinadas sociedades, culturas, que imprime formas de usar o corpo e suas práticas corporais.

Esse olhar alargado nos reconhece enquanto sujeitos que desejam, sentem e devem ser respeitados em suas particularidades. Se a mídia e os discursos formais nos influenciam a buscar certos padrões e a institucionalização de práticas corporais, esse olhar mais sensível retoma a multiplicidade do belo, do significativo e do viver. A Educação Física, apesar de ter sua tradição nas ciências biológicas, vem rompendo com essa concepção e começa a dialogar com as ciências humanas, discutindo assim o corpo biocultural.

As diversas práticas corporais, institucionalizadas ou não, são objetos de reflexão e prática de diversos profissionais. No âmbito da Educação Física, temos vários cenários educativos de intervenção: a academia de ginástica, as diversas modalidades esportivas, o treinamento funcional ao ar livre, as travessias marítimas a nado, a escola, o clube, entre outros. Aqui destacamos o profissional que atuará na escola, que tematizará as diversas práticas corporais de forma intencional e pedagógica.

Nessa pluralidade de possibilidades, coadunamos com Almeida (2010) quando ela nos convida a coexistir na diversidade, a reduzir a intransigência diante do que não é padrão, e nos solicita a apreciar o diverso.

JOGOS INDÍGENAS: AMPLIANDO AS POSSIBILIDADES DO CORPO EM MOVIMENTO

É nesse sentido que a formação inicial contextualizada e humanizada se ancora: no exercício de compreender a perspectiva humana, dos anseios e desejos, trajetórias de vida que não podem ser negligenciadas para a vivência significativa das práticas corporais, em especial as que se ancoram na multiplicidade cultural.

O corpo é objeto de interesse e estudos na Educação Física, mas frequentemente encarado como uma máquina que pode render mais, que pode funcionar melhor e que deve se enquadrar nos padrões da dita normalidade. Pensar em discutir uma

perspectiva mais ampliada, que considera as emoções, sensações, simbologia, história e cultura desse corpo é um dos desafios da disciplina Antropologia da Corporeidade Humana. A referida disciplina é ofertada no primeiro período do curso de Licenciatura em Educação Física e tem a possibilidade de problematizar o corpo em movimento, a partir de leituras que o compreendam numa dimensão mais alargada, para além do deslocamento no espaço.

A cultura de movimento pode propiciar uma educação do corpo que aponte possibilidades de fugir da padronização de atividades divulgadas pelos aparatos mercadológicos e que disseminam a ligação das práticas corporais à ideia restrita de saúde, rendimento, busca de beleza e aparência ou contribuem para esses ditames. Pode ser de adestramento, ao exigir padrões de movimento, ou abrir espaço para a espacialidade e a temporalidade de cada corpo (MENDES, 2013).

Pensar a cultura de movimento na escola requer um olhar cuidadoso para as particularidades do contexto, um olhar que seja capaz de enxergar as várias nuances dos usos do corpo, das expressões de movimento. Os esportes, as lutas, as ginásticas e outras manifestações do patrimônio cultural da humanidade, apesar de terem sido criadas e vivenciadas em contextos específicos, podem ser reconhecidas, experienciadas e ressignificadas em diferentes espaços sociais, inclusive na escola.

Considerar os vários contextos, espaços físicos, particularidades dos níveis de ensino e objetivos a serem abordados nas aulas de Educação Física a partir das diferentes práticas corporais é tarefa imprescindível para que os estudantes ampliem seus conhecimentos sobre estas, para além das informações advindas das diversas fontes midiáticas e referência de outros espaços em que essas manifestações acontecem. Longe de priorizar estereótipos de corpos e performances, a escola deve ser um espaço de discussão, reflexão, problematização, apreciação e vivência criativa e significativa das referidas manifestações da cultura de movimento (PORPINO, 2005).

É a partir da ideia de ampliar essa espacialidade, temporalidade e modos de ser e existir que a proposição de práticas corporais ancoradas na tradição é visualizada na disciplina de Antropologia da Corporeidade Humana, ora em questão.

Os saberes da tradição dizem respeito ao conjunto de conhecimentos construídos por pessoas mais comuns. São saberes que se aproximam da natureza, transmitidos de geração em geração, com forte marca da intuição e da lógica como operadores do pensamento e que, diferentes do senso comum, compõem uma ciência que expressa contextos, narrativas e métodos distintos da ciência tradicional. Não reconhecer a importância desses saberes ou tomá-los como um saber primitivo e menor é cuspir no próprio da aventura humana na Terra (ALMEIDA, 2010).

A valorização da identidade cultural indígena muitas vezes enfrenta dificuldades uma vez que é pouco re/conhecida no País, onde a cultura ocidental é mais usual e difundida pelos meios de comunicação de massa e seus patrocinadores (PINTO, 2011).

Na proposição de vivência dos Jogos Indígenas, algumas práticas corporais

foram selecionadas nesse universo: a experiência da peteca (peikrãñ), do arremesso de lança, da corrida da tora (jãmparti), do uka-uka (luta corporal), do jogo jawari, além da pintura corporal.

Os Jogos dos Povos Indígenas (JPI) são realizações do Comitê Intertribal de Memórias e Ciência Indígena e do Ministério do Esporte, em parceria com o Governo do Estado e a Prefeitura Municipal onde se realizam. Os JPI têm conseguido também o apoio da iniciativa privada, por meio da “Lei de Incentivo ao Esporte”. Os Jogos incluem modalidades tradicionais relacionadas à sobrevivência indígena (arco, flecha, arremesso de lança e canoagem), rituais sagrados (lutas e corrida da tora; brincadeiras e jogos demonstrativos) e outras atividades cotidianas (jogos com bola, cabo de guerra/força, natação/travessia e zarabatana), assim como incluem modalidades não indígenas, mas que são vivenciadas na aldeia (PINTO, 2011).

As práticas corporais consideradas pelos indígenas como tradicionais são as que fazem parte de seus rituais, e as práticas “ocidentais” como o futebol compõem os Jogos dos Povos Indígenas e revelam as manifestações culturais desses povos, com intenção de celebrar o encontro das etnias sem se preocuparem com resultados ou performances. Os jogos tradicionais quando realizados nos Jogos dos Povos Indígenas são representações do que se pratica na aldeia e atendem às necessidades do local onde acontecerão, ou seja, na arena ou outro local determinado pelos organizadores. Essas práticas são trazidas da aldeia para a cidade com anuência do Cacique ou Conselho Indígena a que pertencem, têm a intenção de representar a cultura nos Jogos dos Povos Indígenas e proporcionam um momento de conhecimento recíproco entre indígenas e entre estes e os não indígenas (GRUPPI, 2013).

Apesar dos jogos indígenas já incluírem modalidades esportivas em suas edições, nas aulas de Educação Física é importante realizar atividades tradicionais indígenas, visto que os professores não devem priorizar a hegemonia dos esportes (DOMINGOS JR ET AL, 2017).

Apartir dessa contextualização, este trabalho propõe-se a relatar uma experiência pedagógica específica sobre formação inicial em educação física ou formação docente em educação física. O início da aula se deu com a sensibilização acerca da temática, abrangendo a proposição dos jogos indígenas e a importância de discutir e vivenciar essa temática para as aulas de Educação Física escolar. Para iniciar o ritual, começamos pela pintura corporal, cada aluno ficou à vontade para utilizar as cores, desenhos e adornos que os energizassem para a prática.

No segundo momento fomos para a confecção e experimentação da peteca, muitos discentes já haviam vivenciado de alguma forma essa prática corporal. Sugeriu-se a experimentação individual, em pequenos grupos e em grandes grupos, trazendo variações de desafios a partir do mesmo material.

Em seguida, fomos explorar o uka-uka, uma luta corporal em que o objetivo é desequilibrar o adversário. De acordo com Gruppi, (2013, p.124): “é uma luta tradicional dos povos indígenas do Xingu e dos índios Bakairi. Aprender a lutar huka-

huka, aperfeiçoar as técnicas de lutador, faz parte da reclusão pubertária dos jovens Kamayurá, cujo tipo ideal é o de um lutador e campeão de luta”.

Sendo a aula, um momento inclusivo, as adaptações foram necessárias para que as alunas da turma participassem de todos os momentos da vivência, resignificando as práticas corporais. Estas são criações humanas e não seguem leis naturais e universais, por isso, podem ser modificadas quando estiverem gerando algum tipo de discriminação, descontentamento ou exclusão (VELOSO, 2010).

No segundo momento da aula fomos para a quadra de areia, lá foi possível vivenciar o arremesso de lança – à distância, e ao alvo - e o jogo do jawari – que se aproxima da queimada, em que o objetivo é acertar o adversário com a lança, na oportunidade fizemos um contra um, e finalizamos com a atividade coletiva da corrida da tora (jãmparti):

“uma corrida entre equipes onde um dos atletas de cada equipe transporta um tronco de árvore no ombro, existe sempre a possibilidade de fazer rodízios entre os membros da equipe. O peso da tora varia de 70 a 100 quilos na categoria masculina e de 50 a 70 quilos na categoria feminina” (GRUPPI, 2013, p.122).

É importante destacar as adequações de materiais que foram feitas durante a aula, as lanças foram confeccionadas com tubos finos de encaiação com suas extremidades envolvidas com pedaços de flutuador, comumente conhecidos como macarrões. Para a corrida da tora, também foram feitas adaptações, o tronco de árvore pesado foi substituído por canos de policloreto de polivinila (pvc) com as extremidades vedadas, contendo caneleiras de 5 kg.

Outro ponto relevante contemplado na vivência foi a liberdade na execução do movimento a partir do objetivo a ser alcançado. Na maioria das atividades realizadas nas aulas de educação física ainda é comum haver grande preocupação com o conhecimento das “técnicas corretas”. Técnica, nesse contexto, vista como um movimento executado de forma mecanicamente perfeita. Esse significado da técnica como sinônimo de movimento correto ainda permeia o ensino nas aulas de educação física, porém é necessário um movimento diverso desse, que mostra outras possibilidades de intervenção por meio da prática pedagógica (SOUZA, 2010).

O rompimento entre o modo como a educação física trabalha tradicionalmente o ensino das técnicas - que restringe os alunos à execução padronizada e, com isso, diminui sua criatividade – possibilita mais do que uma nova forma de ensinar, avança no intuito de favorecer ao aluno a compreensão de seus limites e também sua possibilidade criadora, seja no âmbito da técnica utilizada para uma determinada ação esportiva ou de outra necessária a seu cotidiano (SOUZA, 2010).

Bracht (2002 p. 196) nos alerta sobre a esportivização das práticas corporais e a legitimidade do esporte moderno, “o esporte europeu se espalhou pelo mundo, subordinando as práticas corporais presentes em outras culturas (globalização); esportivou-se a cultura corporal – folclorizou-se a cultura corporal não-européia”. Corroborando com esse pensamento, dialogamos com Gonçalves Junior (2007) quando

comenta que, frequentemente, nas aulas de Educação Física, há um predomínio do esporte como conteúdo ocasionalmente exclusivo, o que dificulta o desenvolvimento da Motricidade Humana, delimitando-o ao contexto cultural estrangeiro, em detrimento das potencialidades que podem ser exploradas ao propor a vivência de outras manifestações, oriundas dos diferentes povos que construíram e constroem o Brasil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da realização desse trabalho, vimos que é legítimo e legal tematizar os Jogos Indígenas na formação inicial dos licenciados em Educação Física, oferecendo a possibilidade de alargar o pensamento em relação ser corpo e o movimentar-se, bem como conhecer, vivenciar e valorizar as diversas práticas corporais indígenas valorizando a diversidade étnico racial.

Nesse sentido, torna-se imprescindível viabilizar a reflexão em torno do ensino dos Jogos Indígenas na educação básica, de modo que o futuro professor reconheça a importância deste conteúdo, suplantando o ensino tradicional e hegemônico do esporte nas aulas de Educação Física e possibilitando a democratização do conhecimento em diferentes vertentes no contexto escolar.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria da Conceição de. **Complexidade, saberes científicos, saberes da tradição**. São Paulo: Editora da Física, 2010.

BRACHT, Valter. Esporte, História e Cultura. IN: **Esporte: História e sociedade**. PRONI, M.W; LUCENA, R. de F. (orgs.). Campinas, SP: Autores Associados, 2002.

BRASIL, 2015. Ministério da Educação: Conselho Nacional de Educação. Resolução nº 2, de 1º de julho de 2015.

BRASIL, 2017. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas. Educacionais Anísio Teixeira | **Inep**. Diretoria de Avaliação da Educação Superior | **Daes**. Instrumento De Avaliação De Cursos De Graduação Presencial e a Distância.

DAOLIO, Jocimar. **Da cultura do corpo**. Campinas: Papyrus, 1995.

_____. A educação física como prática cultural: tensões e riscos. In: **Educação Física escolar: olhares a partir da cultura**. DAOLIO. J. (org.). Campinas, SP: Autores Associados, 2010.

DOMINGOS JR, Moaldecir Freire; SILVA, Gustavo Henrique; SALES, Josilane dos Santos; CARLOS, Camila Ursulla Batista; SILVA, Luiz Arthur Nunes da Silva. Corpo, cultura de movimento e jogos indígenas nas aulas de Educação Física. **Cadernos de Formação RBCE**, p.21-32, marc 2017.

GRUPPI, Deoclecio R. **Jogos dos Povos Indígenas: trajetórias e interlocuções**. 2013. 165fls. Tese de Doutorado (Faculdade de Educação Física) Universidade Estadual de Campinas, Campinas-SP.

GONÇALVES. Maria Augusta Salin. **Sentir, pensar, agir - Corporeidade e educação**. Campinas: Papyrus, 1994.

KUNZ, Elenor. **Educação Física**: ensino & mudanças. Ijuí: UNIJUI, 1991.

LE BRETON, David. **A sociologia do corpo**. 5.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

MELO, José Pereira de. A Educação Física como componente curricular: seu lugar entre os saberes escolares. In: **Educação Física, esporte e sociedade**: temas emergentes. Organização Osmar Schneider et al. São Cristóvão: Editora da UFS, 2008.

MENDES, Isabel Brandão de Souza. **Corpo e Cultura de Movimento**: cenários epistêmicos e educativos. Curitiba: CRV, 2013.

NÓBREGA, Terezinha Petrucia. Qual o lugar do corpo na Educação? Notas sobre conhecimento, processos cognitivos e currículo. **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 26, n. 91, p. 599-615, maio/ago. 2005.

_____. **Corporeidade e educação física**: do corpo-objeto ao corpo-sujeito. 3ª ed. Natal, RN: EDUFRN, 2009.

_____. **Uma fenomenologia do corpo**. São Paulo: Editora Livraria da Física, 2010.

PINTO, Leila Mirtes Santos de Magalhães. Legado dos Povos Indígenas. In: **Celebrando os jogos, a memória e a identidade**: XI Jogos dos Povos Indígenas, Porto Nacional – Tocantis, 2011. Maria Beatriz Rocha Ferreira; Marina Vinha (Orgs.). Dourados: UFGD, 2015.

PORPINO, Karenine. de Oliveira. Jogo, esporte, ginástica e luta: sentidos da cultura de movimento na educação física. In: NÓBREGA, T. P. (Org.). **Livro didático 3**: o ensino da educação física de 5ª a 8ª séries. Natal/RN: Paidéia, 2005.

VAGO, Tarcísio Mauro. **Educação física na escola**: para enriquecer a experiência da infância e da juventude. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2012.

VELOZO, E. L. A Educação Física e as práticas corporais: entre a tradição e a modernidade. In: **Educação Física escolar**: olhares a partir da cultura. DAOLIO, J. (org.). Campinas, SP: Autores Associados, 2010.

SOARES, Carmem Lúcia; TERRA, Vinícius. Lições de anatomia: geografias do olhar. In: SOARES, Carmem Lúcia. (Org.). **Pesquisas sobre o corpo**: ciências humanas e educação. Campinas: Autores Associados 2007.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-476-4



9 788572 474764